SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO

ORGANIZAÇÃO

Eduardo F. Chagas
Hildemar Luiz Rech
Raquel Vasconcelos
Vilson da Mata

EDIÇÕES
UFC

© 2012 Copyright by os autores

CAPA/PINTURA E PROJETO GRÁFICO/GRAPHICS EDITORS
Raquel Célia Silva de Vasconcelos

APRESENTAÇÃO
Lígia Regina Klein

EDITORAÇÃO/DESKTOP PUBLISHING

COMISSÃO CIENTÍFICA/SCIENTIFIC COMMITTEE:
Eduardo Ferreira Chagas
Hildemar Luiz Rech
Lígia Regina Klein

NORMALIZAÇÃO DE TEXTO/ TEXT NORMALIZATION

REVISÃO/ REVIEW

IMPREESÃO/PRINTING

Todos os direitos reservados .....

CHAGAS, Eduardo F., RECH, Hildemar Luiz, VASCONCELOS. Raquel Célia Silva de e MATA, Vilson Aparecido da

Subjetividade e Educação/organizado por Eduardo Ferreira Chagas, Hildemar Luiz Rech, Raquel Célia Silva de Vasconcelos e Vilson Aparecido da Mata. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

208p.

ISBN:

1. Filosofia 2. Subjetividade 3. Educação. I Título

CDU

"Quem não conheceu as obras dos Antigos tem vivido sem conhecer a beleza": Hegel e a proposta neo-humanista de educação.

Marcos Fábio A. Nicolau[*]

Ciente da falta de um tratamento específico do problema pedagógico no sistema hegeliano, busco encontrar nos *Discursos* (1809-1815) a apreensão de um modelo educacional cujo autor crê ser apto a formar o homem. Para tal, o filósofo assumirá a pedagogia neo-humanista proposta por I. Niethammer, sob a qual estenderá suas reflexões quanto a *Bildung* (formação cultural), elaboradas na, então recentemente publicada, *Fenomenologia do Espírito* (1807). Porém, para compreender sua perspectiva sobre a educação, deve-se antes apreender o cenário vivenciado por Hegel neste período, pois, cabe salientar, sua vinda a Nüremberg e o exercer de tais funções se devem ao convite de seu amigo e protetor I. Niethammer, que já fora o responsável por sua temporada em Bamberg (1807-1808), como redator do *Bamberger Zeitung*, e que, ao assumir o posto de Conselheiro Escolar Central para a confissão protestante, convida Hegel para exercer as funções de professor e diretor do Ginásio de Nüremberg.

Em discurso proferido em 1809, por ocasião do fim de seu primeiro ano à frente do Ginásio de Nüremberg, Hegel afirmara que o bom funcionamento dos povos pressuporia dois ramos primordiais: 1. uma boa administração da justiça e, 2. bons centros de ensino, pois, segundo Hegel, "em nenhum outro âmbito os indivíduos percebem e sentem os efeitos de forma tão rápida e imediata" (HEGEL, 2000, p. 73). Se nos lembrarmos do que o filósofo diz em suas *Lições de Filosofia do Direito*, em nota ao §153, compreenderemos bem o que tem mente:

> Diante da pergunta de um pai sobre a melhor maneira de educar eticamente seu filho, um pitagórico deu a resposta (que é também colocada na boca de outros): quando tu fazes dele um *cidadão de um Estado de boas leis*. (HEGEL, 2010, p. 172)

A proposta hegeliana de uma educação para a cidadania perpassa toda sua obra, e, diferentemente da proposta original de Rousseau, no *Emílio*, Hegel vê na educação o

[*] Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia do ICA/UFC. Atualmente é Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da FACED/UFC. E-mail: marcosmcj@yahoo.com.br.

objetivo de superar o estado de natureza. Só a formação e a educação fazem do homem o que deve ser: um ser que se realiza na ruptura com o natural.

Em seus discursos como reitor do Ginásio, Hegel nunca deixou de salientar a função social da educação, nem a participação do Estado na mesma. Em seus discursos Hegel tinha a dupla intenção de expor, aos representantes do Estado e aos pais e responsáveis, o que fora o ano escolar, bem como apresentar seu parecer sobre a questão educacional. Para isso, se utiliza dos fatos, comprovando com os resultados suas perspectivas. Neste discurso proferido em 1809, aproveitando o fato do recém-criado Ginásio de Nüremberg ter completado seu primeiro ciclo escolar, Hegel analisa como se dá o processo educacional, em seus avanços e dificuldades, pois "dado que a coisa mesma acaba de surgir pela primeira vez, sua substância constitui, todavia, o objeto da curiosidade e da reflexão pensante" (HEGEL, 2000, p. 74). Ao defrontar o impacto social que dito centro de estudos causou sobre a sociedade nüremberguiana, o filósofo busca articular em suas idéias o projeto proposto a tal instituição, apresentando-o e justificando-o.

A defesa hegeliana dos estudos clássicos é um dos principais tópicos do discurso de 1809:

> O espírito e a meta de nosso Centro é preparação para o estudo culto, e certamente uma preparação que está cimentada sobre os gregos e os romanos. Desde alguns milênios este tem sido o solo sobre o qual se assentou toda cultura, desde o que tem germinado e com o que tem permanecido em conexão permanente. [...] toda arte e toda ciência tem brotado daquele solo. (HEGEL, 2000, p. 74-75)

Na verdade, Hegel faz disso mais que um desejo, pois para ele esse é um elemento necessário a um processo de formação, sendo sua afirmação uma verdadeira constatação, pois "todo novo impulso e consolidação da ciência e da cultura tem aberto seu caminho mediante o retorno à Antiguidade." (HEGEL, 2000, p. 75). Convicto disto, Hegel irá criticar aqueles que propõe rechaçar e eliminar os estudos clássicos, alegando certa insuficiência e desvantagens dos princípios e instituições antigas, louvando o Governo Prussiano por sua "sabedoria" que, "elevando-se por sobre este recurso aparentemente fácil, responde de forma verdadeira às necessidades da época *ao pôr o antigo em uma nova relação com o conjunto e, desta forma, conservar o essencial do mesmo, que por sua vez o muda e o renova*" (HEGEL, 2000, p. 75).

A defesa hegeliana do estudo de línguas clássicas, grego e latim, vêm ao encontro deste ideal. Dessa forma, reclama o fato de o latim ser tido como um estudo "extra", ministrado apenas em centros expressamente para isso, e não como parte mais essencial do estudo culto, pois para Hegel o estudo do latim era o "único meio de formação superior oferecido a quem não queria permanecer no ensino geral, totalmente elementar" (Ibidem). Segundo Hegel, o ensino do latim era primordial a quem quisesse obter os conhecimentos que são "úteis para vida civil, ou que são válidos em e para si mesmo" (Ibidem); ora, as línguas clássicas não constavam como um "meio formativo" no tempo de Hegel.

Porém, neste período defendia-se que seria o trato da própria língua nacional que deveria ser cultivado, em lugar do latim, pois "se fez valer o sentimento de que não pode considerar-se como formado um povo que não pode expressar em sua própria língua todos os tesouros da ciência e mover-se livremente nela com qualquer conteúdo." (Ibidem). Ora, tal sentença é demonstrada por Hegel em seu próprio sistema (Cf. HEGEL, 1993), mas reconhece que existem certos termos científicos que somente são compreensíveis e legitimados em uma determinada língua e tradição – o que será percebido em trabalhos como os de Scheleimacher. A riqueza do latim e do grego, bem como de todas as línguas antigas, somente pode ser descoberto se estudado e lido no original, o que põe o problema da tradução no "olho do furacão":

> Esta intimidade, com a qual nos pertence a língua própria, está ausente daqueles conhecimentos que só possuímos em uma língua estranha; ditos conhecimentos se encontram separados de nós mediante um muro divisório que não lhes permite ser verdadeiramente familiares ao espírito. (HEGEL, 2000, p. 75-76)

Logo após essa reflexão, Hegel voltará a louvar o governo, responsável, na sua visão, pelo "aperfeiçoamento das escolas alemãs", posto cumprir aquilo que entende como sendo a função da escola:

1. Proporcionar a todos os meios para aprender o que lhe é essencial como homens e o que lhes é útil para sua condição social (Cf. HEGEL, 2000, p. 76), ou seja, o ideal de uma educação para todos, equitativa. Uma verdadeira *justiça como equidade* na educação, para usar a expressão de Rawls. A escola, assim, assume a função social, servindo

> àqueles que até agora se haviam visto privados de algo melhor, lhes acaba garantido dessa forma; e aqueles que para conseguir algo melhor que o insuficiente ensino geral somente podiam tomar mão do mencionado meio

> formativo, estes se lhes tem feito menos necessário podendo ser substituído mediante conhecimentos e habilidades mais adequados (HEGEL, 2000, p. 76).

Dessa forma a escola pode ser considerada como responsável pelo progresso social e, como dirá em seu discurso proferido em 1811, pela qualificação dos funcionários públicos.

2. Outra função escolar é o ensino das "ciências e a consecução de habilidades e práticas mais elevadas", o que será efetivado pelo *Real Institüt*.

3. Por fim, a conservação do "estudo das línguas antigas".

Hegel defende uma liberdade intelectual no Ginásio, dando possibilidade para os diversos campos do saber desenvolverem suas pesquisas:

> A verdadeira liberdade e o vigor característicos de uma organização consiste em que os diferentes momentos contidos nela aprofundem-se em si mesmos e se constituam como sistemas completos, nos quais realizem conjuntamente sua tarefa e venham desenvolvê-la sem inveja nem temor, e em que todos novamente sejam não mais que partes de um grande conjunto. (HEGEL, 2000, p. 77)

A harmonia proposta por Hegel aos setores, ou, como ele denomina, momentos, nos dá uma boa visão do Hegel reitor/administrador, além de evidenciar sua leitura dialética da realidade. A realidade tida como o âmbito da contradição, tem nas instituições e seus setores as partes constituintes de seu todo, no qual se encontra apreendida a sociedade civil. No âmbito escolar, a liberdade de pensamento surge como condição *sino qua non* da *Bildung*, por isso a ênfase hegeliana na autonomia das ciências, ou momentos, vislumbradas nesse processo. Porém, tal processo necessita de bases concretas em seu erigir-se, fundamentação que Hegel encontrará no domínio das línguas clássicas: o grego e, principalmente, o latim.

Já respondendo à possível contra-argumentação, o filósofo concede toda importância à língua materna, expressando-se nos seguintes termos:

> Parece uma exigência justa a que a cultura, a arte e a ciência de um povo repousem sobre seus próprios pés. Não temos de pensar a respeito de nosso Iluminismo e dos progressos de todas as artes e as ciências que tem vindo substituir as formas infantis dos gregos e dos romanos, que se tem liberado de seus andadores podendo repousar sobre um fundamento e solo próprios? As obras dos antigos poderiam conservar em todo momento o valor que lhes atribui, maior ou menor, porém deveriam acabar convertidas em uma série de lembranças, de curiosidades eruditas de caráter ocioso, dentro do âmbito do meramente histórico, que caberia aceitar ou não, *porém que não poderiam*

> constituir sem mais o fundamento e o começo de nossa formação espiritual. (HEGEL, 2000, p. 78)

Em seguida, porém, explicita a defesa das línguas clássicas:

> Porém, se aceitamos como válido que em geral se tem de partir do excelente, então a literatura grega, de um modo especial, e, depois também a latina, hão de constituir, e permanecer como tais, os fundamentos dos estudos superiores. A perfeição e a excelência dessas obras deve constituir o banho espiritual, o batismo profano, que conceda a alma sua primeira e imborrável tonalidade e cor a respeito do gosto e da ciência. E para esta iniciação não é suficiente um conhecimento geral de caráter externo, dos Antigos, senão que devemos nos entregar a eles de corpo e de alma para aspirar sua atmosfera, suas representações, seus costumes, inclusive, se se quer, seus erros e prejuízos, para familiarizarmo-nos com este mundo – o mais belo que existiu. Assim como o primeiro paraíso foi o paraíso da *natureza humana*, assim este é o mais elevado, o segundo paraíso, o do *espírito humano* que se mostra em sua naturalidade, liberdade, profundidade e serenidade mais belas, tal como a noiva sai de seu quarto. A primeira magnificência selvagem no Oriente acaba circunscrita pelo esplendor da forma e atemperada em ordem à beleza; sua profundidade já não reside na confusão, na aflição ou na arrogância, senão que se manifesta em uma claridade imperturbada; sua serenidade não é um jogo infantil, senão que se difunde sobre a melancolia que conhece a dureza do destino, porém sem ser desviada por ela da liberdade sobre si e da medida. Creio que não exagero quando digo que quem não conheceu as obras dos Antigos tem vivido sem conhecer a beleza. (HEGEL, 2000, p. 78)

Vê-se nesse relato a paixão hegeliana pela Antiguidade e a importância que esse período possui em seu pensamento, sendo imprescindível tal contato para a formação da bela alma. Porém, Hegel não deixa de considerar tais estudos como uma propedêutica à ciência, já que sempre se deve começar pelo mais excelente.

Hegel ressalta a importância do estudo das línguas clássicas mostrando a insuficiência que a tradução representa:

> A língua é o elemento musical, o elemento da intimidade, que desaparece na tradução – o fino aroma através do qual a simpatia da alma se oferece ao gozo, porém sem o que uma obra dos Antigos só tem um sabor semelhante ao de um vinho de Rhin que se tenha evaporado. (HEGEL, 2000, p. 80)

Para Hegel o estudo dos Antigos é uma imposição do destino – o Absoluto assim fora desvelado na cultura –, e se alguém reclamar dos esforços que se deve dispensar a tal estudo, o que o tornaria desencorajante, que este cobre contas do próprio destino que não legou tal saber universal em nossa língua materna. (Cf. HEGEL, 2000, p. 80).

Hegel expõe no Discurso de 1809, quase que exclusivamente, a estrutura basilar a partir da qual erige o currículo proposto no Ginásio, essa é a função que o estudo dos antigos assume em tal projeto pedagógico.

Para Hegel, a *Bildung*, é o resultado do processo de desenvolvimento do espírito: o Espírito Absoluto, ao longo do processo histórico, compreende a si mesmo e a natureza, tornando-se livre, ou seja, autoconsciente.[2] Do mesmo modo, o homem, que é espírito e matéria, torna-se espírito completo – livre – mediado por uma *teoria da educação (Erziehung*), a qual tem por objetivo a *Bildung*. Assim, para Hegel, o homem culto é aquele que sabe conferir a tudo o selo da universalidade: "um homem cultivado em geral não tem limitado de fato sua natureza a algo particular senão que a tem capacitado para tudo" (HEGEL, 2000, p. 89). Não é, pois, o que se conhece, mas como se conhece e, assim, a *Bildung* dá a forma do pensamento. E essa é a forma por meio da qual o espírito torna-se consciente de si mesmo ao constantemente superar o imediato estado natural, corporificado no objeto que se lhe antepõe e no qual se aliena (Cf. HEGEL, 2000, p. 81). Sendo assim, esse processo toma, então, a *subjetividade imediata* – um estado natural sem mediação, indeterminado em si mesmo, mera singularidade, ou individualidade – para, do exterior, conduzi-la à *subjetividade mediatada* – isto é, ao homem educado ou cidadão –, determinada pela racionalidade que se manifesta no *Estado* (*Staat*)[3], ou naquilo que Hegel denominou o *Espírito de um Povo* (*Volksgeist*).[4]

Nesse sentido, formação é um processo em que há a presença constante de uma angústia de aperfeiçoamento e mudança – pois é inconclusiva. Mas é característico do homem culto o fato de estar em um processo reflexivo, imerso em um conhecimento voltado para si mesmo e que não se deixa instrumentalizar.

Por isso o processo educativo proposto por Hegel em sua compreensão do problema pedagógico somente se pode dar na experiência vivida pelos indivíduos, no espírito do povo. Não sendo esse processo de formação "um tranqüilo prolongar de uma corrente" (HEGEL, 2000, p. 80), uma vez que o verdadeiro educador do povo são suas

[2] Como bem afirma na **Fenomenologia do Espírito**: "A tarefa de conduzir o indivíduo, desde seu estado inculto até ao saber, devia ser entendida em seu sentido universal, e tinha de considerar o indivíduo universal, o espírito consciente-de-si na sua formação cultural." (HEGEL, 2001, p. 35).

[3] Cf. HEGEL, 2010, p. 212-272, § 257-286. O estado hegeliano é o momento em que o indivíduo supera o quadro constituído pelo egoísmo generalizado para se elevar à universalidade da cidadania. Enquanto a família constitui uma comunidade que amalgama naturalmente as pessoas que a integram, a sociedade civil-burguesa atomiza os indivíduos, separa-os, pulveriza-os, coloca-os uns contra os outros, torna-os autônomos, mas danifica a dimensão comunitária, própria do humano. É no Estado como comum-unidade que os indivíduos se reintegram, voluntariamente, numa opção madura e refletida, como cidadãos: a liberdade, guiada pela razão, os leva a reconhecer e assumir essa necessidade. Cf. KONDER, 1991, p. 62-63. Por isso, nas palavras de Hegel, "O Estado é a efetividade da idéia ética". (HEGEL, 2010, p. 229, § 257)

[4] Ao analisar a *Bildung* hegeliana, Gadamer afirma que: "A formação como elevação à universalidade épois uma tarefa humana. Exige um sacrifício do que é particular em favor do universal. O sacrifício do particular, porém, significa negativamente: inibição da cobiça e, com isso, liberdade de seu objeto (*Gegenstand*) e liberdade para sua objetividade". (GADAMER, 1999, p. 52).

experiências, pelas quais o Espírito se manifesta na história, o processo educativo em seus âmbitos escolar e familiar torna-se, necessariamente, *processo formal* e *complementar*. Assim, reconhecer que a criança e o jovem são *subjetividades imediatas* que precisam ser conformadas à eticidade própria do espírito do povo, se configura, na visão de Hegel, como uma proposta reconhecidamente fundamental ao processo educacional. Se a educação escolar só pode ser inicialmente *disciplina formal*, uma vez que deve ajustar, de maneira externa, cada singularidade à eticidade do povo, devemos reconhecer a experiência histórica vivenciada por um determinado povo em suas tradições, em sua cultura, como um dos principais elementos do processo educacional. Isso é, em uma perspectiva hegeliana, uma necessidade do humano.

Hegel defende a possibilidade de a racionalidade guiar a consciência crítica para que as situações de fragmentação sejam desveladas e, assim, pela práxis transformadora o homem possa formar-se, construir o poder de pensar, agir e falar autonomamente (autoconsciência). A concepção de dever para consigo mesmo (Cf. HEGEL, 1989, p. 310-316), fundada por Kant, de um sujeito ativo, que assume uma reivindicação de responsabilidade total mas acrescenta o elemento dialógico, intersubjetivo, como constitutivo, também será contemplada na proposta hegeliana (Cf. GADAMER, 1999, p. 48-49). Sendo a maioria das propostas pedagógicas nos séculos XVIII-XIX uma espécie de ressonância do projeto kantiano do *Sapere aude*![5] Pensa-se um sujeito com a liberdade e poder de fazer frente às fragmentações impostas à formação do indivíduo, e capaz de transformar situações de alienação, opressão e ignorância. Em tal proposta a dignidade humana é constitutiva, o homem possui valor intrínseco, é fim em si mesmo (Cf. KANT, 1974, p. 228-229).

As reflexões filosófico-educacionais hegelianas se voltam criticamente sobre os modelos sociais e educacionais promotores de formação fragmentária, refletindo sobre os caminhos para a *Bildung*. Para Hegel a pedagogia é a arte de fazer éticos os homens, levando-os a romper com o natural, transformando essa sua primeira natureza em uma segunda natureza, de caráter espiritual – o que marca sua crítica a sistemas pedagógicos como o de Rousseau, formas de "educação negativa", pois em Hegel o natural é transcender esse estado de natureza.

Nesse sentido, encontramos em Hegel uma educação voltada para um processo de auto-conscientização, na qual o homem possa fazer-se a partir de um projeto

[5] "*Ouse saber*!", famosa expressão latina utilizada por Kant para expressar o ideal da Aufklärung.

universal, marcado pelo retorno a si mesmo do Espírito Absoluto, que é proposto de forma racional e livre. O ser humano é inconcluso, e enquanto inconcluso precisa humanizar-se, o que abre a possibilidade de ser livre, de construir-se a si mesmo, mas, ao mesmo tempo, o torna um ser responsável por si mesmo, pois nele o projeto hegeliano de desvelamento do absoluto se efetiva. Por isso, uma educação que busca promover a autoformação do educando precisa educar para a auto-responsabilidade. Nas palavras de Hegel:

> Porém, para que o ensinamento oferecido na escola produza seus frutos naqueles que estudam, para que eles realizem realmente progressos mediante o mesmo, sua própria aplicação pessoal resulta tão necessária como o próprio ensinamento [...]. Pois o aprender, enquanto mero receber e translado da memória, constitui um aspecto sumamente incompleto do ensino (HEGEL, 2000, p. 90).

Ao falarmos em educação para o exercício racional da formação humana, não entendemos racionalidade como racionalidade instrumental[6], mas a pensamos, juntamente Hegel, enquanto totalidade, como um poder de criticidade e esclarecimento. Como a razão em Hegel é absoluta e histórica, as lições das experiências humanas devem estar aliadas à racionalidade. A vivência das tendências sensíveis, desde que concordem com a razão, pode representar experiências de formação. Tal perspectiva é assumida no gênero literário criado por J. W. von Goethe (1749-1832), o *Bildungsroman*, romance de formação, onde é colocada no centro a questão da formação do indivíduo, o desenvolvimento de suas potencialidades sob condições históricas concretas. Desse gênero surge como principal referência *Os anos de*

[6] Segundo Wellmer: "Uma forma de racionalidade que caracterizam [...] pela confluência de racionalidade formal e racionalidade instrumental. A racionalidade formal se exterioriza no impulso de produzir sistemas, unitários e sem contradições, de ação, explicação e conhecimento. Segundo Adorno e Horkheimer, essa força da razão é capaz de instaurar unidade e consistência, ao que se refere o conceito de racionalidade formal, surge das condições básicas de todo pensamento conceitual: na medida em que o pensamento, o uso da linguagem, estão vinculados à lei de não contradição – considerada quase como núcleo de racionalidade necessariamente operante em todas as culturas enquanto formas de interação simbólica mediada –, já se instala em todas as realizações cognoscitivas e modos de operar dos homens, desde seu começo, essa pressão que os força a estabelecer consistência e ordem sistemática no saber e no fazer. A razão, encadeada à lei de não contradição, já está encarada desde sempre para a racionalização formal e a sistematização do saber e do fazer. «Pensar, en el sentido de la ilustración, es producir orden científico y unitario, y deducir conocimientos factuales a partir de principios, ya se interpreten éstos como axiomas arbitrariamente establecidos, ideas innatas, o abstracciones de grado superior... Las leyes lógicas instauran las relaciones más generales en el seno del orden, y lo definen. La unidad se halla en la unanimidad. El principio de contradicción es el sistema in nuce... La razón nada aporta sino la idea de unidad sistemática, el elemento formal de un sólido sistema conceptual»". La difícil tesis de Adorno y Horkheimer es entonces que racionalidad formal, en último término, significa lo mismo que racionalidad instrumental, esto es, una racionalidad «cosificadora» que apunta al control y manipulación de procesos sociales y naturales. (WELLMER, 1993, p. 139-140)

aprendizagem de Wilhelm Meister (1795-1796), que traz no capítulo VI as "*Confissões de uma bela alma*" (Cf. GOETHE, 2006, p. 347-404), capítulo possuidor de um caráter largamente autônomo, um verdadeiro processo de formação, que expressa bem a compreensão da *Bildung* nesse espaço intelectual que é a Alemanha nos tempo de Hegel.

Por isso, a educação para a racionalidade não pode suprimir as experiências sensíveis. O que propomos a partir de Hegel, nesse sentido, é a formação para a autodeterminação inteligente da vontade, ou seja, a conformação da vontade particular para com a vontade universal, o que envolve guiar-se por princípios racionais e pelas tendências que concordam com a razão, a fim de que a vontade não permaneça determinada por impulsos ou por coações externas. Por isso o processo educativo é a tomada de consciência da necessidade de limitar meus impulsos para me realizar como ser ético:

> Já a formação geral se encontra, enquanto sua forma, em conexão mais estreita com a formação moral; pois não devemos limitar esta a alguns princípios e máximas, a uma honra geral, uma benevolência, e uma disposição honesta, senão que temos que pensar que só o homem formado em geral pode ser também um homem formado eticamente. (HEGEL, 2000, p. 94)

A educação promotora da formação cultural é a que promove a formação da totalidade do humano, o que além da capacitação técnico-científica, envolve formação política, ética e estética (Cf. HEGEL, 2000, p. 89-90). A compreensão de Hegel de que o espírito universal requer que cada indivíduo se ultrapasse enquanto vivente, enquanto desejo impulsionado pela matéria que ele também é, para vir a ser espírito completo, universal, que sabe quais são as suas necessidades e, por isso, sabe conter-se, limitar-se, é a compreensão do próprio processo educativo. A *Bildung* não é, de fato, algo que ocorre *apenas* nas escolas, uma vez que é a expressão necessária da eticidade do espírito do povo, pois

> O trabalho de formação do indivíduo não é um assunto exclusivamente pedagógico, mas também filosófico: trata-se de educá-lo para a universalidade que o espírito engendrou no movimento de formação da perfectibilidade do gênero humano. Nesse processo formador, cada indivíduo deve passar por diversas etapas que modelaram o homem segundo um plano de realização histórica do espírito. (RAMOS, 2003, p. 43-44)

Assim, o papel da escola é o de manter e desenvolver a eticidade, contribuindo com a formação do indivíduo em conjunto com a sociedade e a família. Ora, essa necessidade hoje suscitada pela escola da participação da família e da sociedade civil na formação do aluno nos leva a compreensão hegeliana da necessidade da idéia do Estado (Cf. HEGEL, 2010, p. 229, §257).

Para Hegel, o homem educado efetiva a universalidade que se objetiva completamente no Estado composto por homens livres – conscientes de suas necessidades, e, portanto, capazes de se auto-limitar, e aqui entra a relevância do problema pedagógico.[7] Mas, como supracitado, somente no Estado o homem tem existência racional. Toda educação procura fazer com que o indivíduo não continue sendo algo subjetivo, mas que se faça objetivo no Estado. A verdade é a unidade da vontade geral e da vontade subjetiva; e o universal está nas leis do Estado, nas determinações universais e racionais. Por isso, aplicar tal perspectiva no processo escolar, surge como o principal desafio que Hegel enfrentara em Nüremberg: a partir do processo de formação educacional e cultural, interiorizar o universal após a recordação da trajetória da sua constituição. O indivíduo precisa pedagogicamente ser preparado para fazer seu o saber e elevar-se à universalidade da cultura, paradigma da condição humana. Sendo a vida moral a essência do Estado, e este a unificação da vontade universal com a subjetiva, tem-se que a vontade é uma atividade e o princípio pelo qual se estabelece a vida social. Daí o Estado ser indivíduo espiritual, o qual, como um todo orgânico, não é apenas a sociedade política.

Mas note-se que a vida do Estado implica a necessidade da cultura formal e, por conseguinte, do nascimento das ciências, assim como de uma poesia e uma arte culta em geral. Estas atividades humanas formais necessitam ser cultivadas nas escolas, o mesmo se dando com a filosofia, que é o *pensamento do pensamento*. Uma vez que o pensamento universal é destruidor, mantendo apenas o princípio do espírito – a liberdade –, tem-se que a tarefa educativa é a que destrói a subjetividade imediata para que a universalidade do pensar siga seu curso – alienação determinada pelo espírito do povo. Mas esse não é um percurso infinito, pois tem um fim, que é o *voltar-se para si mesmo*. Daí a tese hegeliana de que todo indivíduo necessita percorrer em sua formação distintas esferas, as quais fundamentam seu conceito de espírito e se formam e

[7] Ramos chamará a atenção para esse aspecto da proposta hegeliana, afirmando que "o hegelianismo legitima uma ação pedagógica conservadora marcada pela disciplina e pela autoridade". (RAMOS, 2003, p. 41-42).

desenvolvem cada uma por si, independentemente, em uma determinada época. A educação escolar é, então, a forma da cultura (*Kultur*) e o homem educado-formado é o que vive a universalidade da cultura.

O grande desafio da educação – e, ao mesmo tempo, o seu enigmático paradoxo –, consiste em conciliar dois pólos aparentemente irreconciliáveis: a liberdade e a autoridade. O espírito juvenil irrequieto, que se encontra em nossas escolas, deve ser coibido, na visão de Hegel, por um *ardil pedagógico,* conduzido através dos estudos literários clássicos à compressão da eticidade que tem seus princípios no espírito do povo grego e romano (cf. HEGEL, 2000, p. 74). O que suscita a seguinte questão: até que ponto nosso sistema educacional conduz seus alunos a esse contato com as fontes de nossa civilização ocidental? Buscando dar ao processo da *Bildung* uma base sólida, Hegel ratifica a ação do governo que se predispõe, quanto à educação, em responder, como fora mencionado acima, da forma mais verdadeira às necessidades da época, pondo *o antigo em uma nova relação com o conjunto* (Cf. HEGEL, 2000, p. 75). Tal reflexão nos impõe pensar a proposta hegeliana como uma relevante crítica a nosso sistema educacional, ainda que não seja possível realizá-la aqui, pelas limitações que nos impõe a estrutura de um capítulo. No entanto, fica aqui registrada a necessidade de compreender, através dos conceitos de *processo educativo* (*Erziehung*) e *formação cultural (Bildung)* de Hegel, quais os conteúdos de uma eficaz prática docente, que deve ser problematizada antes da mera aplicação de métodos pedagógicos. Embora esteja referindo-se estritamente ao ensino de filosofia, a crítica de Hegel encontrada em um parecer sobre *O Ensino de Filosofia nos Ginásios*, de 1812, pode muito bem ser estendido à própria ação pedagógica, por isso concluímos com essa sua denúncia, que marca bem sua posição quanto ao problema pedagógico:

> Segundo a mania moderna, sobretudo da pedagogia, não importa tanto instruir-se no conteúdo da filosofia quanto aprender a filosofar sem conteúdo; isto significa mais ou menos: é preciso viajar sempre, sem chegar a conhecer as cidades, os rios, os países, os homens, etc. (HEGEL, 1989, p. 371)

Referências

HEGEL, G. W. F. *Escritos Pedagógicos*. Trad. Arsenio Ginzo. México/Madrid/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

_____. *Propedêutica Filosófica*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *Fenomenologia do Espírito*. 2 vol. Tradução de Paulo Menezes com colaboração de Karl-Heinz Efken. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio*. Tradução, notas, glossário e bibliografia de Paulo Meneses et alli. São Paulo: Loyola; São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

GADAMER, H.-G. *Verdade e Método – traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3ª ed. Tradução de Flavio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1999.

GINZO, A. Hegel y el problema de la educación. In: HEGEL, G. W. F. *Escritos Pedagógicos*. Trad. Arsenio Ginzo. México/Madrid/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

GOETHE, J. W. *Os Anos de Aprendizagem de Wilhelm Meister*. Tradução de Nicolino Simone Neto. São Paulo: Editora 34, 2006.

KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Tradução de Paulo Quintela. In: _____. *Crítica da Razão Pura e outros textos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (coleção Os Pensadores).

KONDER, L. *Hegel* – A Razão Quase Enlouquecida. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RAMOS, C. A. *A Pedagogia de Hegel e a ação formadora da alteridade cultural*. In: Revista de Filosofia, Curitiba, v.15 n.16, p. 41-55, jan./jun. 2003.

SUARÉZ, R. *Nota sobre o Conceito de Bildung (Formação Cultural)*. In:

KRITERION, Belo Horizonte, nº 112, Dez/2005, p. 191-198.

WEBER, J. F. *Autoridade, singularidade e criação: sobre o problema da formação (Bildung) em* ***Sobre o Futuro de nossos Estabelecimentos de Ensino****, de Nietzsche*. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 103, p. 515-532, maio/agosto 2008.